

## PRIMEIRA PARTE

---

### HISTÓRIA DE TRABALHO-EDUCAÇÃO

#### 1. O PASSADO NO PRESENTE - Memória e história fotográfica das lutas do SINTUPERJ (2000-2006)

Maria Ciavatta  
Sânia Nayara Ferreira

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'.  
(BENJAMIN, 1985)<sup>62</sup>

#### Introdução

O pensamento de Benjamin (1985, p. 229) de que o tempo “[...] que não é homogêneo e vazio, mas um tempo saturado e ‘agoras’ [...]” demarca os capítulos da tese em que Rosilda Benácchio (2007)<sup>63</sup> trata da memória e história das lutas dos trabalhadores do SINTUPERJ (Sindicato do Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro). A análise suscita interrogações sobre as temporalidades dos contextos econômicos, políticos e sociais no período da pesquisa (2000 a 2006), através de fotografias, da história oral e de outras fontes documentais impressas (cartas, folhetos, cartazes, desenhos etc.). A tese é o objeto deste texto que é parte de um projeto de pesquisa sobre os trabalhos publicados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Um dos objetivos da pesquisa é o estudo do uso da fotografia como fonte de pesquisa histórica e social, na História da Educação e na História de Trabalho-Educação (CIAVATTA, 2017).

Na Introdução, Benácchio (2007) traz uma questão que se situa em um espaço-tempo determinado - a década de 1990 -, mas que se prolonga em várias conjunturas nos anos 2000 e apresenta similaridades nas primeiras décadas do século XXI. Diz a autora:

[...] o Estado neoliberal brasileiro cumprindo sua função econômica no atual cenário de acumulação capitalista, vem, ao longo dos anos 1990 e 2000 aprofundando a flexibilização e retirada de direitos dos trabalhadores, minimizando o investimento público e redirecionando-o para o setor privado.  
(BENÁCCHIO, 2007, p. 19).

A administração do Estado e o curso das políticas de governo, nesta década de 2020, nos permitem indagar sobre a relação passado e presente, o que torna esta afirmação do passado tão representativa nos dias de hoje. São continuidades nas políticas econômicas e sociais neoliberais (acumulação capitalista, flexibilização, perda de direitos, minimização do investimento público em favor dos interesses privados), continuidades/descontinuidades nas

---

<sup>62</sup> BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 229.

<sup>63</sup> BENÁCCHIO, R. **A reconstrução histórica do movimento de trabalhadores técnico-administrativos através da fotografia** - Sindicato do Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais - RJ (SINTUPERJ). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

várias conjunturas econômicas, sociais e políticas e as particularidades dos sujeitos sociais que atuaram como Presidentes da República nos anos 1990 e 2000<sup>64</sup>.

Somente a análise detalhada das mediações das políticas econômicas e sociais em andamento permitem desvelar os limites evasivos do passado no presente. Com isso queremos dizer que passado e presente se interpenetram e projetam, em cada novo instante, o futuro. É o que evidencia a análise de Benácchio (2007) ao fazer a reconstrução histórica das lutas do Sindicato do qual participou ativamente, nas mobilizações, nas passeatas, nas greves; do qual conheceu a documentação produzida, particularmente, o acervo de 4.605 fotografias. Ela fez o inventário do acervo, o mapeamento temático, classificou os documentos e os utilizou como fonte de pesquisa.<sup>65</sup>

A tese tem 238 páginas. A questão teórica de memória e história e a reconstrução histórica com fotografias do movimento dos trabalhadores do Sintuperj se estendem por 143 páginas (60%) da tese. Originalmente, foram selecionadas 62 fotos para o trabalho, além de charges e gráficos do jornal do Sindicato. A reconstrução histórica das lutas do Sindicato é, também, uma homenagem aos trabalhadores técnico-administrativos e sua representação pelo coletivo do SINTUPERJ, principais sujeitos sociais da pesquisa. Com razão, a epígrafe inicial da tese é o poema de Bertold Brecht “Quem construiu a Tebas das sete portas? Nos livros constam os nomes dos reis. Os reis arrastaram os blocos de pedra? E a Babilônia, tantas vezes destruída, quem ergueu outras tantas?” (BRECHT, *apud* BENÁCCHIO, 2007, p. viii).

Na primeira seção deste texto, tratamos das bases conceituais e teórico-metodológicas da tese com foco nas fotografias; em segundo lugar, tratamos da história do tempo presente e do capitalismo; terceiro, das políticas e reformas do Estado liberal a história fotográfica das lutas o SINTUPERJ com algumas fotos selecionadas dentre as 29 fotografias que constam da versão digital que consta do Catálogo da Capes; por último, nossas considerações finais.

## 1. Bases conceituais e teórico-metodológicas

O espaço dedicado à memória fotográfica do SINTUPERJ traz a memória e a história da resistência dos trabalhadores em defesa de seus direitos e da universidade pública. As fotografias ocupam lugar de destaque, quase todas com o espaço de meia página, com os créditos devidos (acervo, data, fotógrafo, legenda de identificação) e análise do acontecimento retratado. A referências teórico-metodológicas e conceituais estão sintetizadas na Introdução da tese.

Como historiadora, Benácchio (2007) considera que estaria superado o debate sobre a pertinência da fotografia como documento historiográfico. Há o reconhecimento claro que, “[...] além do valor estético, as fotografias têm valor como documento produzido socialmente.” (BENÁCCHIO, 2007, p. 109). As imagens fotográficas permitem a emergência de sujeitos sociais, trabalhadores de todos os tempos, que não deixaram documentos escritos.

Nos 15 anos que nos separam da conclusão do trabalho<sup>66</sup>, expandiram-se as mídias sociais e a utilização de celulares com potentes câmeras fotográficas. Com a expansão da indústria e acesso massificado ao mundo digitalizado, a imagem tende a ser o meio por excelência de

<sup>64</sup> No período de pesquisa da autora, Fernando Collor e Itamar Franco (1991-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e nos anos subsequentes (Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e (2007-2010). Esse passado e suas contradições aprofundaram a ideologia neoliberal, principalmente, após o golpe do *impeachment* em 2016, na Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), os governos de Michel Temer (2016-2017) e Jair Bolsonaro até os dias de hoje (2018-2022).

<sup>65</sup> Rosilda Benácchio (2007) procedeu ao inventário da documentação do Centro de Memória do Sintuperj. “Realizamos um mapeamento temático das fotografias do acervo que foi usado para classificar as fotos. O acervo documental contém ainda atas de congressos, de reuniões de diretoria, de assembleias, do Conselho Universitário e de reuniões nos locais de trabalho; ofícios; jornais do Sindicato, jornais de grande circulação; boletins institucionais sobre saúde do trabalhador (Uerj), boletins institucionais (Uerj); cartilhas; charges; camisas e letras de músicas produzidas pelo movimento dos trabalhadores. Trata-se de uma importante documentação produzida pelo Sindicato no decorrer de sua história de luta, sobretudo na organização dos trabalhadores das universidades públicas estaduais no Rio de Janeiro”. (BENÁCCHIO, 2007, p. 115).

<sup>66</sup> De 2007 aos dias de hoje, 2022.

registro de presenças e acontecimentos. Mas, já no século passado, Benjamin (1985, *apud* BENÁCCHIO, 2007, p. 111) chama a atenção para a era da reprodução técnica “[...] que atinge a obra de arte naquilo que lhe era peculiar, a aura, substituindo sua existência única pela serial.” Hoje, vivemos a produção de fotos e vídeos em imagens digitais, até a reiteração e a banalização. Mas, nem por isso, as imagens deixam de ser informações que podem servir como fontes de pesquisa social ou para processos políticos, jurídicos etc.

Sobre a variedade de imagens e documentos jornalísticos produzidos pelos sindicatos (bancários, metalúrgicos etc.), Benácchio (2007, p. 110) sinaliza que “Disputa-se na sociedade a contra hegemonia da informação, na medida em que estes materiais veiculam não apenas a luta de suas categorias específicas, mas disputam ideologicamente um projeto alternativo de sociedade.” Os trabalhadores, através de seus órgãos representativos, constroem uma história própria que não está presente na história oficial<sup>67</sup>. Como trabalhadora, com imagens e outros documentos, Benácchio (2007) apresenta uma visão dos fatos do ponto de vista de seu coletivo.

A história dos trabalhadores contada por eles mesmos, em publicações próprias, tem se tornado uma prática bastante comum em países europeus onde as relações trabalhistas foram regulamentadas e os sindicatos lograram ter voz nas negociações entre os patrões, o Estado e os trabalhadores, em escala menor, mas também existente no Brasil. Analisando a contribuição da autora, identificamos alguns livros que são exemplos de registro e análise da história da história dos trabalhadores contadas por eles mesmos e suas organizações, com imagens fotográficas e outros documentos: “*Dalla Botega artigiana ala fabbrica*”, de Lanzardo (1999); “*Il tempo libero*”, de Scorcinelli e Tarozzi (1999); “*Des sublimes Paris ouvrier aux camarades*”, de Rustenholz (2003); “Trabalho e trabalhadores no Brasil”, do CPDoc (FORTES; KPRNIS; FONTES, 2006); “A participação italiana na organização operária e sindical brasileira”, de Lopes (2012); “Investigação Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores”, do Conselho Político do Projeto Memória da OSM-SP (2014); “Quando os trabalhadores se tornam classe – A construção da riqueza na cidade de São Paulo”, de Elias Stein (2016). Neles estão presentes o trabalho nas fábricas, a vida em família, os lazeres, a educação para o trabalho, as manifestações políticas, os enfrentamentos na luta por direitos a melhores condições de vida e de trabalho.

Na Introdução, Benácchio (2007) expõe sua opção teórica e temática (BENÁCCHIO, 2007, p. 19): a primeira opção foi “[...] trabalhar a fotografia como fonte histórica para a reconstrução de um movimento da classe trabalhadora”; e a segunda diz respeito à sua “[...] inserção no movimento sindical, participando dos movimentos de luta em defesa da universidade pública na UERJ e por melhores condições de trabalho” (BENÁCCHIO, 2007, p. 19).

A tese tem um forte posicionamento político de presença e apoio à consolidação e orientação política do SINTUPERJ. Benácchio (2007) analisa o Estado neoliberal, a universidade pública, as principais reformas do Estado brasileiro, a constituição dos sindicatos no Estado populista, em meados do século XX, e como nasce o novo sindicalismo a partir dos anos 1980. O espaço ocupado pela análise do Estado brasileiro e as reformas neoliberais revelam a força do modelo neoliberal na transformação do tecido social a favor do capital e a contraofensiva da organização dos trabalhadores nos sindicatos.

É expressão das lutas internas do novo sindicalismo na Central Única dos Trabalhadores (CUT), já no primeiro governo Lula (2003-2006), o desligamento de alguns sindicatos de servidores públicos para formar uma nova central de trabalhadores, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Benácchio (2007, p. 120), rompe a cronologia das fotografias do SINTUPERJ, 2003-2004, e abre a memória fotográfica com a foto do V Congresso do SINTUPERJ, realizado em 2005, no momento de “[...] aprovação da construção da Conlutas, da qual o Sindicato vem participando desde o início.”

---

<sup>67</sup> Por história oficial entendemos os relatos dos representantes do poder do Estado nas suas diversas instâncias, com a visão da classe que detém o poder de mando e a propriedade dos bens de produção, os empresários e suas instituições, a exemplo de Micelli (1992).

**Fotografia 1.1** – “V Congresso do SINTUPERJ. Ano: 2005”



**Fonte:** TOSTA, S. “V Congresso do SINTUPERJ”. Acervo SINTUPERJ, 2005, Rio de Janeiro (apud BENÁCCHIO, 2007, p. 120).

A fotografia 1.1 retrata um momento de votação no V Congresso do Sintuperj, em 2005, quando o Sindicato se desfilou da CUT e aprovou participar da criação e da consolidação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) (BENÁCCHIO, 2007)<sup>68</sup>. Além da decisão histórica de filiação a uma nova central sindical, o fotógrafo capta a cena em dois planos principais, a mesa diretora e o público presente, os trabalhadores sindicalizados, no momento em que levantam os crachás para votação. Um terceiro plano é do painel atrás da mesa com o nome SINTUPERJ e outros “banners” menores, um deles com palavras de ordem: “Lutar por direitos não é crime.” (BENÁCCHIO, 2007, p. 120). Tratava-se de um contexto de lutas em que as palavras de ordem eram de defesa da universidade pública autônoma e democrática e de paralisação das atividades pela garantia de direitos. A luta por direitos, por salários, por regulamentação das condições de trabalho das diversas categorias (Uerj, Uenf, Educação, Justiça, Saúde, Administração etc.) unificavam-se no Muspe (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais) que precedeu a criação do SINTUPERJ.

A articulação entre o empírico documental e o teórico expressa-se em todo trabalho. Suas bases conceituais e teórico-metodológicas estão, fundamentalmente, nas categorias totalidade, mediação, contradição, essência e aparência, ideologia, conforme o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels (1984). Mas, mantendo a coerência conceitual, a autora realiza um trabalho interdisciplinar de interlocução com autores contemporâneos, para o estudo da fotografia (BENÁCCHIO, 2007, p. 20):

<sup>68</sup> “Desta forma, após deliberação do V Congresso, o relatório final sobre a desfiliação da CUT e relação com a Conlutas e com a Fasubra ficou da seguinte forma: Sobre a Cut: 1 – Desfiliação da CUT; Relação com a Conlutas: 1 – Apoio à construção e fortalecimento da Conlutas; 2 – Participação no 1º Congresso Nacional da Conlutas em 2006; 3 – Apoiar as lutas encampadas pela Conlutas; 3.1 – Luta contra as reformas e a política econômica de Lula/ FMI; 3.2 – Unificação de todos os setores do movimento sindical e popular; 3.3 – Luta contra a venda das reservas do petróleo brasileiro; 3.4 – Defender e reafirmar as lutas históricas da classe trabalhadora (liberdade e autonomia sindical, defesa e luta pela ampliação das conquistas dos trabalhadores e unificação de todos os trabalhadores por uma sociedade justa e democrática) [...]”. (Ata do V Congresso do Sintuperj, 2005, apud BENÁCCHIO, 2007, p. 120)

Temos como proposta teórico-metodológica a fotografia como fonte histórica e a concepção de história oral e de fontes documentais para a compreensão das mesmas. Estaremos utilizando as seguintes categorias de análise: totalidade (KOSIK, 1976 e CIAVATTA, 2001), essência e aparência (KOSIK, 1976), fotografia como mediação (CIAVATTA, 2002, 2001, 2004), documento/monumento (LE GOFF, 1992), lugares de memória (NORA, 1993). intertextualidade (MAUAD ESSUS, 1992, 1993, 2004; CIAVATTA, 2002, 2004, 2004a), e história oral (FERREIRA, 1996 e MEIHY, 1996).

O tratamento do tema expressa-se, particularmente, como a categoria totalidade se articula com mediação, essência e aparência para expressar o conjunto de relações que constituem o Estado neoliberal, a realidade social brasileira, a organização, as lutas dos trabalhadores e a análise das fotografias. Contradição e classes sociais são categorias que perpassam a reconstrução histórica da autora, mas sem destaque teórico.

## **1. A história do tempo presente**

Introduzimos a categoria tempo presente nesta análise por sua pertinência pela presença das diversas temporalidades do capitalismo no Brasil, onde ocorrem os acontecimentos que são objeto da tese de Benácchio (2007). A história do tempo presente vem, ao longo das décadas, acumulando a reflexão dos historiadores que, tradicionalmente, ocupar-se-iam dos fatos do passado. Mas esta não é uma questão pacífica entre os próprios “historiadores de ofício”, ao pensar a história do passado no presente. A controvérsia também se estende à discussão do tratamento dos fatos sincronicamente, que seria próprio da sociologia, e diacronicamente, que seria próprio da história (BURKE, 1980).

Quando se trata do tempo nada é tão simples e classificável, porque a própria percepção dos fatos do presente não comporta limites rígidos. Basta lembrar que as datas são apenas marcos simbólicos de acontecimentos que têm um antes e um depois, que antecedem e sobrevivem à data simbólica (a exemplo da Revolução Francesa, a Proclamação da República no Brasil, a Revolução de Trinta).

Tomemos a concepção de tempo desenvolvida por Braudel (1982), da longa duração dos eventos que se estendem ao longo dos séculos (as estruturas econômicas, as mentalidades), da média duração das conjunturas que se articulam com estruturas seculares e são substituídas por outras (a exemplo dos períodos políticos, das escolas de arte) e da curta duração dos acontecimentos (fatos imediatos, que ocorrem e não se repetem, que são únicos). O tempo presente tem breve ou brevíssima duração, no qual podemos observar o próprio acontecimento, sua objetividade ontológica e reconhecer nossa subjetividade ao vivenciá-lo ou dele tomar conhecimento.

Mas, quando acontece algo de curta duração, estariam ausentes as estruturas econômicas e as mentalidades que perpassam gerações? Estariam esses acontecimentos de curta duração isentos da presença da conjuntura social à qual pertencem? Braudel (1982) completa sua concepção de tempo com o conceito de tempos múltiplos. Os diversos espaços-tempos se interpenetram porque os acontecimentos passados ou presentes não são isolados, são parte de totalidades sociais constituídas por mediações, processos sociais complexos que Marx (1977, p. 229) elaborou como o concreto pensado, o uno no diverso, “[...] síntese de múltiplas determinações [...]”.

Com estas reflexões iniciais não temos a pretensão de resolver as questões teóricas implícitas no conceito de tempo presente, tratadas por muitos historiadores. Apenas abrimos espaço para utilizar o conceito e situar nosso objeto de estudo. Em uma retrospectiva sobre os estudos do tempo presente, Muller (2007) situa esta vertente da história na forma como os europeus, da França, por exemplo, relacionaram-se com o passado, o presente e o futuro, após a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), em que “[...] o centro da análise não seria mais o que

aconteceu, mas sim o que é necessário reter, como também os acontecimentos sobre os quais temos, de alguma forma, capacidade de intervir” (MÜLLER, (2007, p. 20).

No mesmo sentido, Zemelman (1987, p. 89) fala sobre o presente como o tempo das possibilidades, da história “[...] não concluída [...]”, a história em movimento, como são todos os acontecimentos que situamos, para fins de análise, em determinado espaço-tempo. A história do presente seria “[...] uma história `não concluída`, aberta, susceptível de ser potenciada em sua própria objetividade à qual pertencem as práticas sociais com capacidade de imprimir direção aos processos sociais.” (ZEMELMAN, 1987, p. 89). Müller (2007) apoia-se no sentido dado por Rancière (1995, apud MÜLLER, 2007, p. 29), ao considerar que a história do tempo presente é, fundamentalmente, “[...] como uma prática política. [...] uma escrita que pensa um passado problematizado por questões vividas no presente”.

Para fins de reflexão sobre as continuidades / descontinuidades nas políticas econômicas do Estado e as políticas neoliberais do sistema capitalista, no período da tese, (2000-2006), e o momento atual, recuperamos as ideias principais da análise de Benácchio (2007) e o pensamento de outros autores sobre o tema.

## **2. As lutas do SINTUPERJ – Memória e história fotográfica em tempos neoliberais**

Após a exposição analítica do Estado neoliberal e sua relação com a universidade pública e as tentativas do Executivo e do Legislativo nacionais de levar adiante as principais reformas no Brasil, a da Previdência, do Ensino Superior e a Sindical/Trabalhista, Benácchio (2007) faz uma detalhada exposição das lutas de oposição dos trabalhadores unificados no SINTUPERJ no estado do Rio de Janeiro e em manifestações nacionais. Em nossa análise da tese, retomamos a questão do neoliberalismo, seu aprofundamento nos governos sucessivos até os dias atuais.

A longa duração é o tempo do capitalismo, diz José Luís Fiori (2020, p. 15), citando o pensamento de Braudel (1987, p. 43) sobre o Estado capitalista: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” Em uma breve retrospectiva histórica do Estado na América Latina, incluindo o Brasil, Fiori (2020) evidencia tanto o discurso hegemônico, quanto as políticas econômicas de permanência das políticas neoliberais e de dominação dos interesses do mercado para o capital.

Lembra que os anos após a Segunda Guerra Mundial foram movidos pelas guerras de libertação na África e tentativas revolucionárias na América Latina, mas, principalmente, pelo desafio do desenvolvimento econômico e modernização das economias nacionais, um período de hegemonia das ideias desenvolvimentistas. Após a crise do petróleo dos anos 1970 e, especialmente, a crise da “dívida externa” nos anos 1980, os países credores impuseram, através das recomendações e monitoramentos dos organismos internacionais, “ajustes” das economias latino-americanas à nova ordem mundial. No plano discursivo ideológico dominante, começam as críticas à intervenção do Estado, a defesa das “[...] privatizações [...]” e a “[...] despolitização dos mercados [...]” (FIORI, 2020, p. 3-4).

Não obstante a dependência<sup>69</sup> econômica e social, do capitalismo central dos países desenvolvidos, em países como o Brasil, desde os anos 1980, instaura-se nova agenda desenvolvimentista que não se completa diante das forças do mercado globalizado, competitivo, de alta tecnologia, centralização e concentração do capital, retração do capital produtivo em favor da financeirização da economia, ou “[...] a interpenetração das finanças e da indústria [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 14). Nos primeiros anos 2000, com a crise de 2008 e as grandes mudanças geopolíticas, evidencia-se a falência social das políticas neoliberais. Com a defesa do Estado mínimo, a política de corte de custos nos serviços públicos e nas empresas privadas, a restrição de recursos para as políticas sociais, a desregulamentação das relações de trabalho, o gerencialismo e os cortes de pessoal, sobrevém o empobrecimento da população, principalmente, nos países dependentes, tanto da classe trabalhadora, quanto das classes médias.

<sup>69</sup> Sobre a questão da dependência, ver, entre outros, Rui Mauro Marini (2000), Florestan Fernandes (1972).

Benácchio (2007) descreve as questões intrínsecas do Estado neoliberal com base nas principais formulações de seus fundamentos por Hayek, Friedman, Rawls, Nozick e Rothbard, que desenvolveram o conceito de Estado mínimo e a relação do Estado com as aspirações individuais e coletivas. A partir da análise de Hayek (1991) e de Friedman (1985), Benácchio (2007, p. 35), afirma que, para Hayek, “[...] quando as leis de mercado são violadas, o Estado deve intervir, inclusive, mediante uma ditadura para garantir o retorno às regras de mercado.”

De acordo com essa concepção, a ideologia neoliberal inviabiliza o Estado de bem-estar social, visto que tem como princípio as pretensões mais libertárias e ambiciosas, ao mesmo tempo, conservadoras, que possibilitam a atuação do Estado favorecendo as leis de mercado e de competição. A regulação das relações sociais e de trabalho, independentemente da forma, tornar-se-ia um tipo de violação dos princípios individuais de liberdade, da mesma maneira a função dos sindicatos, que têm o papel de coação na relação empregador e empregado (BENÁCCHIO, 2007).

Para a autora da tese (BENÁCCHIO, 2007, p. 62), algumas das principais estratégias da ideologia neoliberal foram implementadas através das contrarreformas<sup>70</sup> promovidas pelo Estado brasileiro, iniciadas nos anos 1990, com os governos Collor e Itamar, mas que se aprofundam no governo FHC e eclodem a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006). Ao longo deste processo, o Estado construiu táticas de “[...] legitimação social que justificassem tais reformas no sentido de ampliar e consolidar a hegemonia do capitalismo e do neoliberalismo no Brasil”.

Geram-se movimentos de contestação de direita e de esquerda. Reaparecem nos países europeus, líderes de partidos reacionários, tais como Jean-Marie Le Pen, na França, o Primeiro Ministro Viktor Orbán, na Hungria, Donald Trump, Presidente nos Estados Unidos (2017-2020), e, no Brasil, o Presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), um ex-capitão de extrema direita, com um Ministro da Economia ultraneoliberal, remanescente das reformas econômicas privatistas promovidas no Chile durante a Ditadura Militar de 1973-1990. Mesmo diante da fome que volta a crescer no país e da crise da pandemia pelo Covid-19 que se estendeu dos anos 2020 até hoje, 2022, com a crise social de desemprego, trabalho precarizado, carência alimentar, sequelas de saúde e milhares que contraíram o vírus e não lograram recuperar-se.

Sob a regência autoritária do (des)governo da máquina pública, tem sido implementado um projeto econômico neoliberal radical, de medidas subservientes ao capital externo, à privatização de empresas públicas e de serviços. Com mais de 660 mil mortos nesta data (abril de 2022), nos dois primeiros anos da pandemia prevaleceu em seu governo a restrição de recursos e de providências para equipamentos de proteção aos profissionais da saúde, medicamentos, internações hospitalares e vacinas, com seríssimas consequências para a população brasileira; afloram os processos de investigação pelo uso político eleitoral de recursos da educação para outras finalidades<sup>71</sup>, desprestígio e isolamento nas relações internacionais com países que mantêm regimes democráticos.

Duas contrarreformas exemplificadas na tese de Benácchio (2007), a Previdenciária e a Trabalhista/Sindical, processaram-se de imediato à tomada de poder de Michel Temer (ex-vice Presidente da República) que tomou o poder com o golpe político midiático que consumou o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). A contrarreforma da Educação

---

<sup>70</sup> O termo contrarreforma, segundo Coutinho (2010, p. 35), com base em Gramsci, no par dialético renovação-restauração, caracteriza uma pura e simples “restauração”, não existe o momento da renovação. De outro modo, “[...] a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações” – mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo” - na segunda é preponderante não o momento do novo, mais precisamente o do velho).

<sup>71</sup> Entre outras matérias da imprensa jornalística sobre depoimentos na Comissão de Educação do Senado Federal, a jornalista Paula Ferreira (2022, p. 9) afirma: “Prefeitos confirmam no Senado acusações a pastores do MEC.”. O FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) destina-se ao apoio a programas e ações de Educação Básica de governos estaduais e municipais, como alimentação e transporte escolar, atuando também na Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior, cuja gestão compete às secretarias do Ministério da Educação (MEC), de acordo com as diretrizes do planejamento nacional da Educação.

Superior tem se processado em sucessivos cortes de recursos para as universidades públicas, cortes de projetos de pesquisa e de bolsas de estudo, ameaças de privatização com cobrança de mensalidades, além de restrições aos IFs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Para explicar as ações e estratégias mais significativas que o capital vinha empreendendo no Brasil na primeira década dos anos 2000, Benácchio (2007) analisa a oposição sindical às Reformas da Previdenciária, a Sindical/Trabalhista e a do Ensino Superior (Universitária). Interessava a ela a vinculação de seus conteúdos aos direitos dos trabalhadores brasileiros e à luta sindical desenvolvida para defendê-los, a partir do movimento de trabalhadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e sua organização no Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (SINTUPERJ). O Sindicato que vinha se deparando com as táticas e mecanismos diretos e indiretos contidos nessas contrarreformas, manipulados por governos e reitorias para legitimar e viabilizar a mercantilização da universidade pública.

Na memória fotográfica da história das lutas do Sindicato, após a ruptura com a CUT e a adesão à Conlutas, destacada na Fotografia 1.2, Benácchio retorna no tempo, vai a 2003, quando se inicia o movimento de unificação sindical no estado do Rio de Janeiro, o Muspe (Movimento Unificado de Servidores Públicos Estaduais). As fotos têm extensas legendas que explicam o sentido das imagens.

**Fotografia 1.2** – “Reunião do comando unificado de greve do Muspe”



**Fonte:** TOSTA, Samuel. “Reunião do comando unificado de greve do Muspe”. Acervo SINTUPERJ, 2003, Rio de Janeiro (apud BENÁCCHIO, 2007, p. 121).

*Ao assumir o governo em 2003, o governo Rosinha Garotinho determinou o corte efetivo de salários, férias e outros direitos trabalhistas dos servidores públicos estaduais que buscaram, por sua vez, se reunir para elaborarem estratégias unificadas a serem concretizadas frente à ação do executivo estadual. Portanto, esta ação do governo determinou em contrapartida a reunificação histórica de servidores de diversas categorias do serviço público estadual na luta pelos seus direitos. “O concreto é concreto porque é a síntese das múltiplas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja*

*o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.* (MARX, 1988, p. 16, apud BENÁCCHIO, 2007, p. 121, grifo da autora).

Benácchio (2007) analisa um período de intensa mobilização dos servidores das instituições públicas. Um conjunto de fotografias registra as mobilizações de greve no Estado do Rio de Janeiro, de modo particular na cidade do Rio de Janeiro, sede local do poder, em 2003 (BENÁCCHIO, 2007, p. 123):

[...] a luta por uma Uerj pública autônoma e democrática se dá permanentemente em seu próprio interior. Mas é, sem dúvida, na greve que assume sua expressão mais nítida, quando as mazelas do modelo privatista instalado nas instituições são expostas pela radicalização do movimento coletivo que desvela o seu disfarce ideológico. Deste ponto de vista, a greve é, inegavelmente, portadora de uma intervenção profunda na vida e na cultura universitárias.

**Fotografia 1.3** – “Assembleia Geral dos Servidores Públicos Estaduais”



**Fonte:** TOSTA, S. “Assembleia Geral dos Servidores Públicos Estaduais”. Acervo SINTUPERJ, 2003, Rio de Janeiro (apud BENÁCCHIO, 2007, p. 128).

Esta fotografia [1.3] destaca a assembleia do Movimento unificado de Servidores Públicos Estaduais, em 16/01/2003, que dá início à greve geral dos servidores do Estado. Chama a atenção a escolha do local, no centro do Rio de Janeiro, localizado entre o prédio do órgão máximo do poder judiciário estadual, ao fundo à direita, e um prédio do poder executivo, à esquerda, fora da foto, além de ficar cerca de cem metros da Alerj. Nota-se ainda a intenção de registrar a unanimidade expressa pelas mãos levantadas na votação dos trabalhadores presentes. “A paralisação acontece em protesto contra o atraso no pagamento do salário de dezembro e ao não pagamento do 13º salário aos servidores; Os servidores participaram de uma passeata e um ato público no centro da cidade.”. (BRASIL, 2003, p. 7 apud BENÁCCHIO, 2007, p. 128).

A greve teve outros desdobramentos como, por exemplo, sua continuidade em assembleias gerais e a adesão de uma das maiores categorias do serviço público estadual: os profissionais de educação organizados no Sindicato dos Profissionais de Educação RJ (Sepe-RJ). Em outra manifestação, mais de 5 mil trabalhadores deslocaram-se em passeata até o Palácio Guanabara, com palavras de ordem que exigiam da Governadora Rosinha Garotinho Mateus, o pagamento de salários, do 13º salário e do abono de férias. “Buscavam questionar junto à sociedade o desrespeito do governo pelos direitos constitucionais dos trabalhadores, indicando a punição para quem não cumpre a lei máxima.” (BENÁCCHIO, 2007, p. 129).

Como se acontecer com os poderes instituídos diante das reivindicações organizadas por movimentos sociais, o aparato repressivo foi acionado e a manifestação foi bloqueada pela Polícia Militar, como o fotógrafo Samuel Tosta registrou na fotografia 1.4.

**Fotografia 1.4** – “Passeata impedida de chegar ao Palácio Guanabara pelo Batalhão de Choque da PM. Ano 2003”



**Fonte:** TOSTA, S. “Passeata impedida de chegar ao Palácio Guanabara pelo Batalhão de Choque da PM. Ano 2003”. Acervo SINTUPERJ, 2003, Rio de Janeiro (apud BENÁCCHIO, 2007, p. 130).

Esta fotografia expressa bem uma das faces coercitivas do Estado, destacando a barreira policial do Batalhão de Choque colocada entre os manifestantes e o Palácio Guanabara, impedindo a passagem até a sede do governo estadual. O fotógrafo não deixou de captar ainda dois policiais com uma atitude mais agressiva, por detrás da barreira policial, um com uma arma na mão, e o outro empunhando um cassetete, sendo que ambos em posição de ação. “A centralidade do Estado não pode – e não deve – ocultar as formas seletivas de sua ampliação [...]. Produzem-se formas de hegemonia difusas e violentas, reafirmadas no cotidiano pela brutal coerção estatal [...]. É nesse terreno movente, [...] que se desenvolve a história contemporânea [...]”. (FONTES, 2005, p. 232 apud BENÁCCHIO, 2007, p. 130).

As lutas por direitos, por salários, por regulamentação das condições de trabalho, foram sendo disputadas até a deflagração de greves desde o início das primeiras associações operárias e sindicais no país entre o final do século XIX e o século XX. Se “lutar por direitos não é crime” as mobilizações de trabalhadores sempre foram tratadas como “casos de polícia”. A fotografia 4 mostra um desses enfrentamentos. Benácchio (2007, p. 120) situa o contexto e particularidades do momento tenso que se vivia, captado pelo fotógrafo:

Tratando “das lutas pela ótica das greves”, Benácchio (2007, p. 122) destaca os cortes orçamentários, a falta de investimentos e instalações, na abertura de concursos públicos para a pessoal qualificado, “além da supressão de direitos trabalhistas e/ou constitucionais e da redução salarial pela falta da recomposição das perdas inflacionárias.” A fotografia 1. 4, a exemplo da foto 1. 1, expõe a qualidade do trabalho do fotógrafo que focaliza os fatos no seu contexto, através da captação de mais de um plano da cena. No caso, ele está atrás dos soldados, capta as armas semiocultas dos soldados, a proximidade dos manifestantes em segundo plano com uma faixa que explica a mobilização: “[...] pagar os salários / [audi]toria da dívida já”.

A pista foi liberada até o Palácio após negociações conduzidas por uma comissão de servidores ser recebida pelo Secretário de Governo. Outros atos se seguiram como o abraço ao Palácio Tiradentes, onde fica a Assembleia Legislativa; a greve se fortaleceu com a adesão de mais trabalhadores, incluindo a FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro).

Mas a Governadora não efetuou os pagamentos a que os trabalhadores do estado tinham direito. Eles recorrem à Justiça e comparecem massivamente ao Fórum do Rio de Janeiro. Uma liminar que obrigava o estado ao pagamento foi ganha pelo Sindjustiça. Benácchio (2007, p. 136) relata que face à pressão do movimento “[...] os desembargadores do Tribunal de Justiça, órgão máximo do judiciário estadual, decidem bloquear as contas do Estado em sessão especial realizada no dia 1º de abril [...]” A Governadora recorre ao Supremo Tribunal Federal e obtém a liberação das contas do governo para efetuar os pagamentos. As redes de rádio e televisão cobrem o pronunciamento da Governadora em 15 de abril de 2003, sobre o pagamento do 13º salário, pondo fim à greve do funcionalismo iniciada em 16 de janeiro de 2003.

Outras mobilizações ocorrem em nível nacional contra o governo Lula que retoma a tentativa do governo Fernando Henrique Cardoso de Reforma da Previdência. O SINTUPERJ se organiza para participar de manifestações nacionais em Brasília, em 2003. A Reforma da Previdência contava com

[...] o apoio majoritário do mundo empresarial, financeiro e sindical, este representado pelas direções da Cut. A ideia era, sob o manto pseudodemocrático de fóruns tripartites, promover uma “concertação social de Terceira Via”, proposta do capitalismo internacional incorporada pelo governo Lula. (BENÁCCHIO, 2007, p. 141, grifo da autora).

**Fotografia 1.5** – “Marcha em Brasília contra as Reformas Sindical e Trabalhista. 15-06-2003”



**Fonte:** TOSTA, S. – “Marcha em Brasília contra as Reformas Sindical e Trabalhista. 15-06-2003”. Acervo SINTUPERJ, 2003, Brasília (apud BENÁCCHIO, 2007, p. 149).

Quase um ano após a realização de uma grande manifestação de trabalhadores contra a reforma da previdência, efetivada no início do governo Lula, “Manifestantes organizados pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) protestaram em frente à sede do governo federal em Brasília contra as reformas sindical e trabalhista. A PM calculou em 5 mil e os organizadores em 15 mil o número de manifestantes”. (OSAL, Observatório Social de América Latina, nº 14, Región Sur). (<http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library>). “Essas reformas vêm demarcadas por um sentido inverso às experiências do socialismo real e das políticas do Estado de bem-estar social do após a Segunda Guerra Mundial, lidas pelos intelectuais orgânicos do sistema capital como responsáveis por um desvio dos mecanismos naturais do mercado e, portanto, pela crise”. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 95 *apud* BENÁCCHIO, 2007, p. 150).

A fotografia 1.5 mostra, em um grande plano, com o horizonte ao fundo, a vigorosa manifestação dos servidores públicos contra as reformas que ameaçavam seus direitos básicos como trabalhadores. Consequente com seu estilo de situar os acontecimentos no seu contexto visual e político, a fotografia mostra a manifestação com a vitalidade alegre de um “carnaval”, com os grandes bonecos à frente, os organizadores, a faixa “Contra a Reforma Sindical / Trabalhista de Lu[la]”, a massa de manifestantes pessoas e de bandeiras enchendo toda a planura da larga avenida da capital federal. A foto 1.5 mostra a manifestação organizada pela Conlutas em frente à sede do governo federal, em Brasília. “A PM calculou em 5 mil e os organizadores em 15 mil o número de manifestantes” (OSAL, Observatório Social de América Latina, nº 14, Región Sur <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library>, *apud* BENÁCCHIO, 2007, p. 150). A autora comenta a foto com a observação sobre a ausência da CUT (BENÁCCHIO, 2007, p. 150): “Identificam-se ainda outras faixas e bandeiras de sindicatos, partidos e movimentos de esquerda como o Sintuperj, o PSTU e o MST reivindicando, além da retirada da(s) reforma(s) sindical/trabalhista, a reforma agrária e o fim do modelo econômico do Governo Lula e do FMI”.

Diz Benácchio (2007, p. 151):

Significativo dizer que usamos a expressão “Reforma Sindical/Trabalhista” em referência à estratégia do Governo Lula em priorizar a Reforma Sindical, por ser menos impopular do que a Reforma Trabalhista e porque flexibilizaria a legislação sindical, fragilizando o sindicalismo combativo, diminuindo assim a oposição desses sindicatos à reforma trabalhista que viria a seguir.

Defendida em 2007, a tese anuncia o que viríamos a presenciar perto de 10 anos depois, com o Golpe de 2016 e as reformas do governo Temer, de forma clara e autoritária, retirando direitos e enfraquecendo o poder de representação dos sindicatos. Entende-se, assim, o que aconteceu neste 1º de maio de 2022. A imprensa e as mídias sociais comentaram o esvaziamento da tradicional comemoração com os trabalhadores, o que está eloquente nas palavras do articulista, “*As razões que esvaziaram os atos do Dia do Trabalho*”. (NIKLAS, 2022, p. 6):

Para analistas, a preocupação com problemas da `vida real` como a crise econômica e o alto custo da vida, além da perda de força dos sindicatos e `frustração` bolsonarista com o 7 de setembro ajudam a explicar baixa adesão a eventos de 1º de Maio.

Está em curso, desde os anos 1990, o desmonte jurídico-legal das conquistas sociais, trabalhistas e educacionais obtidas no final dos anos 1980, após o fim da Ditadura empresarial militar (1964-1985). Teve início, então, a ofensiva neoliberal, com os programas de reestruturação produtiva, ajuste fiscal, corte de custos e deterioração da educação básica pública, a ampliação do espaço à privatização, fomentados no governo Collor de Melo e implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998-2002), no governo de conciliação de Lula da Silva (2005-2006-2010) e na crise econômico-política do governo Dilma Rousseff (2011-2016).<sup>72</sup>

Nessa longa conjuntura neoliberal, as forças sociais organizadas - como o Sintuperj e os movimentos sociais -, lograram deter as reformas radicais com mobilizações e negociação com as forças políticas de oposição. Com o Golpe político-midiático que culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma e, principalmente, com o autoritarismo governamental do governo Temer (2016-2018), aprovou-se um vasto programa de reformas antidemocráticas, aprofundadas na sua implementação pelo (des)governo da direita nos moldes fascistas, de Jair Bolsonaro (2018-2022).

A primeira das reformas é a lei do Teto dos Gastos Públicos, a Emenda Constitucional nº 95<sup>73</sup>, aprovada em 13 de dezembro de 2016. A lei agrega um forte conteúdo antissocial e autoritário dentro do “estado de exceção” do atual governo. Sabemos que apenas investimentos produtivos geram empregos. A lei significa uma contenção nos investimentos em saúde e educação, nos gastos sociais, nos reajustes do salário mínimo, na efetivação dos direitos constitucionais. E, mais recentemente, o contingenciamento de recursos das universidades públicas e dos institutos federais para induzir sua privatização, de modo a inviabilizar o ensino e a pesquisa.

Outra inversão de poderes está na aprovação da Lei nº 13.467/2017, a Lei da Reforma Trabalhista, à revelia de todas as críticas, da atuação das associações profissionais e científicas<sup>74</sup>, que desregulamentou as relações de trabalho, cancelando conquistas trabalhistas têm uma história que remete ao início dos anos 1900 à aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).<sup>75</sup>

<sup>72</sup> Esta análise das reformas consta de Ciavatta (2022).

<sup>73</sup> A PEC n. 241 (Proposta de Emenda Constitucional) na Câmara dos Deputados e PEC n. 55 no Senado Federal, a EC n. 95 congela por 20 anos as despesas do Governo Federal, corrigidas pela inflação acumulada medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), sob a justificativa da contenção das contas públicas.

<sup>74</sup> A Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943., também chamada de Lei de Modernização Trabalhista, está publicada na edição de sexta-feira, 14 de julho de 2017, Diário Oficial da União.

<sup>75</sup> Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas,

A quase anomia nas relações de trabalho, de acordo com a nova Lei, agrava o que já fora definido pela Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, a lei da Terceirização<sup>76</sup>: a possibilidade de as empresas terceirizarem a chamada atividade-fim, aquela para a qual a empresa foi criada. Esta norma de Lei amplia as terceirizações que já vêm ocorrendo, desobriga as empresas contratantes das obrigações trabalhistas, conduz à instabilidade no emprego, ao individualismo e dilui os planos e projetos coletivos.

Quanto à educação, a Lei da Reforma do Ensino Médio, a Lei nº 13.415, de 18 de fevereiro de 2017, traz um nítido retrocesso no direito à educação a meados do século passado. O Art. 4º. da Lei atual reitera a reforma da educação dos anos 1940, as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola, a Reforma Capanema que separava os alunos do ensino médio, preparando os filhos das elites para o ensino superior; e os filhos dos trabalhadores, para a formação profissional.

O presente, na sua duração breve ou brevíssima destes acontecimentos de impacto na vida nacional, espelha o passado na reiteração do mesmo movimento de opressão da classe trabalhadora. Reitera-se, também, nas diferentes conjunturas políticas ou na duração média das lutas políticas coletivas, como podem ser acompanhados pelas fotografias reproduzidas na tese. Articulam-se com documentos e relatos da vivência comprometida da autora com aquelas lutas. Em paralelo às mobilizações nacionais, Benácchio (2007) traz a particularidade histórica dos embates nas universidades estaduais públicas do estado do Rio de Janeiro. Reitera-se confronto com os poderes constituídos nos seus interesses divergentes das reivindicações básicas dos trabalhadores (salários, condições de vida e de trabalho; preservação das universidades públicas).

*É o que deixa ver a gestão de Antony Garotinho e, a seguir, de Rosinha Mateus Garotinho à frente do governo do Estado do Rio de Janeiro*<sup>77</sup>, períodos marcados por sucessivos embates com os funcionários públicos do Estado que, em várias ocasiões se uniram (Justiça, Uenf, Uerj, etc.) em defesa de seus direitos. Como relata Banácchio (2007, p. 146), a greve de 2003 tinha por finalidade receber salários atrasados, 13º salário e auxílio de férias. Em 2004, a luta era por perdas salariais acumuladas em 37,74%, pela implantação de um plano de carreira e pela recuperação do orçamento público da universidade que se reduzia a cada ano. Foi uma greve sustentada pelo movimento durante nove meses (de junho de 2004 a março de 2005).

É nesse contexto que se realiza a participação na mobilização nacional, em Brasília, como mostramos, acima, na fotografia 1.5. Em meio a controvérsias com docentes, estudantes e a direção da UERJ. Realizaram-se (BENÁCCHIO, 2007, p. 147): “[...] dezenas de assembleias, passeatas, aulas públicas, vigílias e reuniões, nas ruas, palácios, assembleias legislativas e universidades de diversas cidades deste Estado.”. Entrementes, o Sindicato continuava buscando a interlocução com representantes do governo para uma possível negociação. Naquele momento (BENÁCCHIO, 2007, p. 151):

[...] técnicos administrativos de 52 universidades federais estavam em greve por tempo indeterminado para pressionar o governo Lula a cumprir um acordo salarial assinado e não efetivado. Este cenário demonstra a articulação do Estado brasileiro no sentido de aprofundar cada vez mais o nível de precarização das universidades, mas revela também a resposta das lutas empreendidas pelos trabalhadores que se unificam, seja em Brasília, seja no Rio de Janeiro, para fortalecerem o seu movimento.

<sup>76</sup> O Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 4.302-B, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências, e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Foi transformado na Lei Ordinária n. 13.429/2017 de 31 de março de 2017, a lei da Terceirização.

<sup>77</sup> Antony Garotinho (1999-2002) e Rosinha Garotinho (2003-2007) foram, sucessivamente, governador e governadora do Estado do Rio de Janeiro.

Fotografia 1.6 - “(...) e a luta continua”.

“Passeata unificada ao Palácio Guanabara. 12-04-2006”



Fonte: TOSTA, S. “(...) e a luta continua”. “Passeata unificada ao Palácio Guanabara. 12-04-2006”. Acervo SINTUPERJ, 2006, Rio de Janeiro (apud BENÁCCHIO, 2007, p. 214).

Em suas páginas finais, assim Benácchio (2007, p. 207) se expressa:

Voltando ao ponto central desta tese, o cerne da luta empreendida pelo movimento dos trabalhadores da Uerj, bem como as razões de suas maiores dificuldades, não é a simples coerção (que existe como já salientamos) do modelo neoliberal que garante hegemonicamente a expropriação da classe trabalhadora hoje, mas os mecanismos e estratégias de cooptação da luta popular e sindical pelo Estado brasileiro.

A tese revela momentos tensos, graves, criativos fotografados por Samuel Tosta. Deles, trouxemos, nesta análise, apenas alguns fragmentos, como fragmentos de toda uma realidade complexa social, política e dos sujeitos presentes nos atos coletivos e nas suas representações. Na foto 1.5, Samuel Tosta ocupa todo o espaço da imagem no visor, com a apoteose da manifestação nacional ocupando toda a avenida; na foto 1.6, uma manifestação unificada no estado do Rio de Janeiro, embora preencha toda a rua, o fotógrafo inclui na foto a faixa lateral e a calçada onde circulam os carros, pedestres, lideranças. Intuitivamente, mostra a força de faixas, bandeiras

e pessoas ocupando o espaço dos automóveis, retidos *pari passu* com a densa manifestação. Rosilda Benácchio (2007, p. 212) conclui a tese com a foto 6 que parece estar expressando a síntese desse vibrante e audacioso coletivo sindical com a palavra de ordem e de esperança ativa que a nomeia: “[...] e a luta continua”.

## Considerações finais

Como historiadora, Benácchio (2007) considera que estaria superado o debate sobre a pertinência da fotografia como documento historiográfico. Há o reconhecimento claro de que as imagens fotográficas permitem a emergência de sujeitos sociais, trabalhadores de todos os tempos, que não deixaram documentos escritos. Os trabalhadores, através de seus órgãos representativos, constroem uma história própria que não está presente na história oficial. Como trabalhadora, com imagens e outros documentos, Benácchio (2007) apresenta uma visão dos fatos do ponto de vista de seu coletivo.

As bases conceituais e teórico-metodológicas da autora da tese estão, fundamentalmente, nas categorias de totalidade, mediação, contradição, essência, aparência e ideologia, conforme o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. Mas, mantendo a coerência conceitual, realiza um trabalho interdisciplinar de interlocução com outros autores contemporâneos, para o estudo da fotografia. Um aspecto relevante de sua tese é o acesso a um acervo de fotografias que preserva a memória histórica, construída pela constante presença do fotógrafo Samuel Tosta nos eventos do Sindicato. São apresentadas 29 fotografias na tese, acompanhando os movimentos do coletivo sindical no período de estudo (2000-2006).

Introduzimos a categoria tempo presente nesta análise por sua pertinência porque a tese contempla as diversas temporalidades onde ocorrem os acontecimentos. A história do tempo presente vem, ao longo das décadas, acumulando a reflexão dos historiadores que, tradicionalmente, ocupar-se-iam dos fatos do passado; e outros que reconhecem a presença do passado no presente para a projeção do futuro. A história do tempo presente, neste caso, adquire sentido também pela reiteração das políticas de inspiração neoliberal que atuam pelo desmonte das estruturas que garantem direitos sociais aos trabalhadores, no período da tese, 200-2006 e em 2016-2017. Apenas não se tem analogia com as aguerridas greves documentadas por Rosilda Benácchio que estão esmaecidas face às contrarreformas previdenciária, sindical/trabalhista e cortes de recursos para as universidades e instituições de pesquisa, além da desmobilização forçada pelo distanciamento social imposto como proteção de vida frente à pandemia do Covid-19.

Tendo como sujeitos individuais e coletivo o SINTUPERJ, o texto trata da análise do Estado neoliberal, a universidade pública, as principais reformas do Estado brasileiro, a constituição e reconhecimento dos sindicatos a partir dos anos 1940 no Estado populista, e como nasceu o novo sindicalismo a partir das lutas contra a Ditadura empresarial-militar nos anos 1980. O espaço ocupado pela análise do Estado brasileiro e as reformas neoliberais revelam a força do modelo neoliberal na transformação do tecido social a favor do capital e a contraofensiva da organização dos trabalhadores nos sindicatos.

No início dos anos 2000, com a crise de 2008 e as grandes mudanças geopolíticas, evidencia-se a falência social das políticas neoliberais. Com a defesa do Estado mínimo, a política de corte de custos nos serviços públicos e nas empresas privadas, a restrição de recursos para as políticas sociais, a desregulamentação das relações de trabalho, o gerencialismo e os cortes de pessoal, sobrevém o empobrecimento da população, principalmente, nos países dependentes.

Consideramos esta tese um trabalho histórico e político, um exemplo metodológico da história escrita com o uso de documentos fotográficos. É um painel complexo da totalidade social do período e das múltiplas mediações da ofensiva sindical diante do poder instituído, documentadas e analisadas com uma escrita objetiva e subjetiva pela autora. Um registro ímpar da empiria documental escrita e fotográfica, ampliada por entrevistas e conhecimento vivenciado para a reconstrução histórica do movimento sindical no estado do Rio de Janeiro.